

Nem tanto ao mar...

Volta-se a falar em Portugal na lei da Liberdade Religiosa e na revisão da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé.

Há uma geral unanimidade com a necessidade de tais procedimentos mas as opiniões divergem no alcance de tais reformas. Os partidos mais à esquerda advogam um estado laico radical em que a separação entre o Estado e as várias Igrejas instituídas seja total. Cada um professar a religião que quiser, as aulas de Religião e Moral serão, como agora, facultativas mas os professores deixarão de ser pagos pelo Estado, os símbolos cristãos deverão desaparecer dos quartos dos hospitais e das cadeias, os feriados nacionais ligados às datas Católicas devem pura e simplesmente ser banidos etc, etc. Pelo seu lado os partidos de direita advogam apenas a revisão de alguns pontos já obsoletos da Concordata e uma maior igualdade entre as várias Igrejas não deixando contudo de dar algum benefício à Católica Romana com base no facto de ela ter sido como que a base inspiradora da própria nacionalidade, por ser detentora de grande património material e espiritual e de protagonizar há longos anos uma vasta obra social.

Eu estou de acordo com a separação das águas como é normal num estado laico e democrático mas fico perplexo com algumas medidas radicais propostas pelos partidos mais à esquerda. É certo, por exemplo, que para um judeu ou muçulmano hospitalizado, não deve ter grande sentido um crucifixo na parede da sua enfermaria; seria mais lógico que cada um levasse os seus símbolos mais queridos. É certo que os feriados nacionais em datas apenas importantes para uma religião não fazem sentido para os crentes das outras; seria melhor banir esses feriados e cada um fazer os seus conforme as suas convicções religiosas. Muitos outros exemplos poderia trazer. Mas pergunto: é isto aceitável em termos meramente culturais? E será executável na prática? Ou dever-se-á atender à vontade da esmagadora maioria da população que é, senão Católica Romana, pelo menos cristã? A que nos levará mais esta medida politicamente correcta num terreno tão melindroso e complexo? A mim o que me preocupa mais em toda esta problemática é que, quase sempre, atrás destas medidas aparentemente correctas e igualitárias, não vem coisa nenhuma como alternativa em termos de atitudes cívicas e morais.

Se estas medidas radicais trouxessem uma maior preocupação em cada um com a sua vida interior e espiritual porque agora completamente livres e sem espartilhos, seria, de facto, ótimo; se essa liberdade pudesse dar frutos em condutas de renovação e de busca de sentido para a vida, ainda melhor. Mas o que me parece é que vamos cair no vazio total do laicismo onde aliás já estamos parcialmente mergulhados. A liberdade de culto é incontestável, mas a vontade camuflada, ainda que inconsciente, de os abafar a todos com medidas aparentemente igualitárias tem de ser denunciada. O ecumenismo é o desafio do futuro, aquele espaço plural onde todos se encontrem com os valores espirituais, embora por vias diferentes. Mas esse desiderato tem que contar à partida com as nossas raízes cristãs; será a partir dessa base comum que lá chegaremos. Os outros trarão as suas em nome de igualdade, tanto cívica como nos seus países de origem, convém salientá-lo. Não precisamos pois de fazer tábua rasa de tudo, numa política de terra queimada religiosa e de desenraizamento cultural progressivo, para podermos construir as novas cidades do futuro. O mundo está demasiado sardido para ser regulado apenas pelos bons costumes medievais que nos governam e pelos discursos fáceis e desprovidos de hesitação dos aarautos de uma nova moral que em última instância não tem moralidade nenhuma.

José Dias Egípto

escreve nesta coluna todas as semanas.